



Secretaria de Inspeção do Trabalho
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

COMISSÃO NACIONAL TRIPARTITE TEMÁTICA - CNTT
da
NORMA REGULAMENTADORA N.º 36

ATA DA 2ª REUNIÃO

Local: **Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP (Curitiba/PR)**

Datas: **04 de setembro de 2014**

PARTICIPANTES:

Governo: Romulo Machado e Silva (DSST/SIT); Mauro Marques Muller (SRTE/RS); June Maria Passos Rezende (SRTE/PR); Renata Matsumoto (SRTE/SP); Roberto Mendes (SRTE/GO); Maria Muccillo (FUNDACENTRO); Christianne Andrade Rocha (DSST/SIT); Paulo Antônio Barros de Oliveira (MTE); Rosemary Dutra Leão (MTE); Heiler Ivens de Souza Natali (MPT); Saulo Ferreira Macalós (FUNDACENTRO).

Trabalhadores: Siderlei Silva de Oliveira (CUT); Roberto Ruiz (CUT); Artur Bueno de Camargo (NCST); Defendente Francisco Thomazoni (Força Sindical); Ernane Garcia Ferreira (CUT).

Empregadores: Ricardo Gouvea (CNI); Moacir Cerigueli (CNI); Vilço Medeiros (CNI); João Rosebaum (CNI); Giselle de Oliveira Coelho (CNI); Márcia Ricci Oliveira Jacob (CNI).

ASSUNTOS TRATADOS:

1. **Constituição da CNTT.**

Explicou-se para as bancadas de trabalhadores e empresarial que a responsabilidade pela indicação de seus membros é da bancada, ou seja, no caso dos trabalhadores, a indicação deve ser feita pela Central Sindical e, no caso dos empregadores, pelas Confederações. Ressaltou-se ainda que a CNTT é composta por 5 representantes de cada bancada, sendo permitida ainda a participação de 2 assessores técnicos de livre escolha da bancada.

2. **Avaliação do Seminário de divulgação da NR-36 realizado pela CNTT**

Conforme havia sido proposto no planejamento das ações da CNTT para 2014, foi realizado o primeiro seminário de divulgação da NR-36. Tal seminário contou com a participação de aproximadamente 180 pessoas, sendo consenso entre as bancadas que se o auditório comportasse um número maior de participantes haveriam interessados;

As bancadas avaliaram o seminário como algo extremamente importante neste processo de implementação e entenderam que o evento atingiu seu objetivo, cabendo alguns ajustes para o próximo conforme indicado a seguir:

- Os palestrantes devem ter cuidado durante as apresentações para não fugir do foco do seminário, que é a divulgação da NR-36, e acabar trazendo temas polêmicos, que devem ser debatidos no âmbito da CNTT, para o evento;
- É necessário um maior tempo destinado ao esclarecimento de dúvidas, de modo que haja uma melhora na integração com o público;

- Não haverá necessidade das perguntas serem por escrito;
- As bancadas irão designar 3 ou 4 pessoas que serão responsáveis por ouvir os interessados e fazer as perguntas no microfone, evitando falas prolongadas;
- Não será permitida a gravação do evento;
- Deverão ser providenciadas algumas regras básicas para o evento;
- Compor mesa com moderador;
- Solicitar aos palestrantes que apresentem a norma acompanhada de casos práticos;
- Foco em temas que tem tido um maior percentual de dúvidas;
- Será encaminhada uma nova proposta de programação para avaliação dos membros da CNTT.

Por fim, em relação ao seminário, ficou definido que o próximo será realizado no dia 29/10, das 9 as 18h, em Goiânia/GO, sendo que a reunião da CNTT será realizada no dia 30/10, das 9 as 16h.

3. Outros assuntos

- Foi informado que o planejamento das ações da CNTT NR-36 para 2015 será realizado durante a próxima reunião, em Goiânia/GO.
- A bancada empresarial sinalizou que estaria havendo diferentes entendimentos em relação a determinados itens da NR. Neste sentido, solicitou-se que fosse feito um levantamento de quais seriam estes itens e que fossem apresentados na próxima reunião da CNTT. De posse destes itens, a CNTT avaliará a melhor forma de esclarecer as questões, seja por meio de um guia com perguntas e respostas, seja por meio da constituição de uma subcomissão para estudar o tema.
- A bancada empresarial solicitou a indicação de quais seriam os pontos principais da norma que estariam sendo cobrados pela fiscalização. Citaram que gostariam de saber para instruir o setor, aumentando assim o cumprimento da norma. A bancada de trabalhadores mostrou-se preocupada com esta solicitação, uma vez que toda a norma deve ser cumprida. A bancada empresarial disse ter ciência de que a norma como um todo deve ser seguida, podendo ser fiscalizada. Citou saber que a solicitação não tem o condão de evitar a fiscalização, porém reafirmou que gostaria de ter conhecimento para instruir o setor. A bancada de governo informou que o tema está ligado a Coordenação-Geral de Fiscalização e, por este motivo, levaria a solicitação para análise do DSST.